



Ensino de Sociologia em Debate

Revista Eletrônica: LENPES-PIBID de Ciências Sociais - UEL

POLÍTICAS PÚBLICAS E A PRECARIZAÇÃO DA EDUCAÇÃO PELO CONTRATO PSS NO PARANÁ¹

Allan Vieira Lino²

RESUMO: A presente pesquisa se esforçou no sentido de observar, analisar e estudar a relevância que as políticas públicas educacionais desempenham na quadro educacional no Estado do Paraná, assim como nas condições de trabalho do professor contratado sob regime de Processo Seletivo Simplificado (PSS). Tornou-se de notória percepção que o docente contratado em regime PSS está exposto a uma série de fatores que tem, lamentavelmente, conduzido-o para uma paulatina precarização. A atividade docente, em especial o profissional contratado em regime PSS, tem evidenciado um quadro de completa ausência de políticas públicas adequadas e efizazes para a melhoria da educação. Por vários motivos, referida pesquisa se debruçou sobre a árdua tarefa de compreender este fenômeno das políticas públicas, da precarização da atividade docente e da educação, podendo-se constatar, ao final, que denominadas políticas públicas educacionais são verdadeiros instrumentos, se bem utilizadas, de planejamento, metas e programas que visam instituir e implementar benefícios sociais almejados pelo corpo social. A educação e a valorização docente constitui valores fundamentais, criados e tutelados pela nossa sociedade, calcados nos pilares da democracia, da justiça social e do bem estar.

PALAVRAS-CHAVE: Políticas Públicas Educacionais. Precarização docente. Ensino-aprendizagem.

¹ Artigo apresentado no V Seminário de Estágio de Sociologia, no dia 23 de novembro de 2012. Orientadora: Profa. Dra. Angela Maria de Sousa Lima. Este artigo constitui parte do TCC referente ao tema de "Políticas públicas e a precarização da educação pelo PSS no Paraná", defendido em dezembro de 2012 na mesma instituição, orientado pela Profa. Doutoranda Adriana de Fátima Ferreira.

² Graduado, na Licenciatura e no Bacharelado, em Ciências Sociais, pela Universidade Estadual de Londrina - UEL. Graduado em Direito pela Pontifícia Universidade Católica do Paraná - PUCPR. Contato: allan_vieira@hotmail.com

INTRODUÇÃO

Para que se torne possível a compreensão da relevância das políticas públicas na sociedade, faz-se imprescindível o entendimento, minucioso, da expressão. Assim, “Política”³ é uma palavra de origem grega, “*politikó*”, que se traduz na condição de participação dos indivíduos nas decisões referentes à cidade, a *pólis*. Por sua vez, já a palavra “Pública”⁴ é de origem latina, pública, e significa povo, que vem do povo.

Deste modo, etimologicamente, a expressão “políticas públicas” significa participação do povo nas decisões políticas da comunidade, nos rumos da *polis*.

Ao longo da história humana esta participação do povo nas decisões políticas assumiu diferentes feições, ora sendo uma participação popular direta, sob a égide de um regime democrático ou, ao menos, ideologicamente democrático, ora sendo uma participação indireta, mascarada sob o manto do governo representante do povo. Todavia, um agente da história sempre foi indispensável para a constituição das políticas públicas: o Estado.

Portanto, as políticas públicas representam um conjunto de atos desencadeados pelo Estado, com o escopo de atender determinados setores da sociedade. Dito de outro modo, por políticas públicas se entende o conjunto de atos, planos, metas e programas do Estado, representado pelos atores políticos eleitos, que visam atender as demandas e anseios da sociedade.

Deve-se salientar, ainda, que com a expansão dos ideais democráticos nos últimos anos, se deu especial importância às questões inerentes as políticas públicas. Pois, a participação popular nas decisões políticas da sociedade tem feito o governo se manifestar, cada vez mais, nos assuntos demandados pelo corpo social.

Neste norte, Celina Souza aponta o seu entendimento de políticas públicas, sendo ele:

³ BOBBIO, Norberto. **Dicionário de Política**. Norberto Bobbio, Nicola Matteucci e Gianfranco Pasquino; trad. Carmen C. Varriale et al.; coord. trad. João Ferreira; rev. geral João Ferreira e Luis Guerreiro Pinto Cacaís. - Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1º ed., 1998, p. 962.

⁴ BUENO, Francisco da Silveira. **Minidicionário de língua Portuguesa**. Editora rev. e atualizada por Helena Bonito C. Pereira, Rena Signer. – São Paulo: FTD: LISA, 1996, p. 538.

Campo do conhecimento que busca, ao mesmo tempo, “colocar o governo em ação” e/ou analisar essa ação (variável independente) e, quando necessário, propor mudanças no rumo ou curso dessas ações e ou entender por que o como as ações tomaram certo rumo em lugar de outro (variável dependente). Em outras palavras, o processo de formulação de política pública é aquele através do qual os governos traduzem seus propósitos em programas e ações, que produzirão resultados ou as mudanças desejadas no mundo real. (SOUZA *apud* OLIVEIRA, 2010, p. 2).

Neste sentido, de forma mais específica, políticas públicas educacionais significam um conjunto de atos, metas e programas do governo (representante do povo) com vistas à melhoria da educação escolar. Tais políticas públicas educacionais, no âmbito escolar, se inserem num sistema (escola), ao qual, é composto por um processo complexo, pois é constituído por alunos, professores, funcionários, colaboradores, pais, comunidade local/regional e Estado.

Portanto, para Adão Francisco de Oliveira as “políticas públicas educacionais dizem respeito às decisões do governo que têm incidência no ambiente escolar enquanto ambiente de ensino-aprendizagem”. (OLIVEIRA, 2010, p.5).

Assim, as referidas decisões do governo pertinente às políticas públicas educacionais envolvem questões das mais diversas e relevantes, tais como infraestrutura, gestão escolar, materiais de ensino, formação e qualificação docente, plano de carreira, contratação de profissionais da educação conforme crescimento da demanda, valorização profissional do professor, dentre outras.

É exatamente neste ponto que se insere a importância do presente trabalho, pois a partir do estudo e análise do real contexto social das políticas públicas educacionais no Brasil se pretende traçar os principais aspectos e motivos que tem conduzido o trabalho docente a sua precarização crescente.

Neste ponto, ressalta José Manuel Esteve Zaragoza que,

Independentemente das tensões geradas no contexto social na qual se exerce a docência, encontramos outra série de limitações que atuam diretamente sobre a prática cotidiana, limitando a efetividade da ação do professor e constituindo-se em elementos que acabam contribuindo para o mal-estar

docente a médio e longo prazo. Em geral, o sistema educativo em seu conjunto sofreu as conseqüências da crise econômica de 1973 que se traduziu em cortes orçamentários de diversos tipos sobre as quantias destinadas à melhoria qualitativa do sistema de ensino. De um ponto de vista quantitativo poder-se-ia argumentar com cifras, contra essa ideia, que os orçamentos para a educação não deixaram de aumentar. Isso é correto, mas deveria ser considerada também a perda de poder aquisitivo do dinheiro e o aumento quantitativo de vagas escolares, mantido em nosso país e no qual foi parar boa parte do aumento de recursos. Por outro lado, aumentaram as expectativas dos professores com respeito ao material que desejam dispor (material audiovisual, de reprodução, de laboratório, etc.) em consonância às exigências de uma renovação de ensino da qual eles são considerados responsáveis. O mesmo se poderia afirmar se nos referirmos aos recursos humanos (ZARAGOZA, 1999, p. 47 e 48).

Ademais, é perceptível compreender que as políticas públicas educacionais patrocinam de especial modo, se adequadamente utilizadas pelos governantes, para a melhora do sistema educacional e, conseqüentemente, para a valorização da atividade docente, podendo atenuar, senão evitar a questão inerente a precarização do trabalho dos professores.

Ainda corrobora para este entendimento, segundo Zaragoza, a ideia de que,

O professor está sobrecarregado de trabalho, obrigam-no a realizar uma atividade fragmentária, na qual deve lutar, simultaneamente, e em frentes distintas: deve manter a disciplina suficiente, mas ser simpático e afetuoso, deve atender individualmente as crianças sobressalentes que queiram ir mais depressa, mas também aos mais lerdos, que têm de ir mais devagar, deve cuidar do ambiente da sala de aula, programar, avaliar, orientar, receber os pais e colocá-los a par dos progressos de seus filhos, organizar diversas tarefas para o centro, atender freqüentemente a problemas burocráticos. Conclui-se um número crescente de estudos realizados em países desenvolvidos que mostram que os educadores correm o risco de esgotamento físico e mental sob o efeito de dificuldades materiais e psicológicas associadas a seu trabalho (ZARAGOZA, 1999, p. 58 e 59).

Neste prisma, pode-se apreender que o trabalho docente tem sofrido, ao longo dos anos, uma paulatina precarização, pois, cada vez mais, se torna

notório as dificuldades cotidianas encontradas pelos professores na arte dos seus ofícios.

Analía Soria Batista e Wanderley Codo pontuam que,

Como em toda organização destinada à produção de bens (mercadorias) ou serviços existe nas escolas um trabalho como 'dever ser' e o que poderia ser mencionado como 'realidade do trabalho'. O trabalho como dever ser é aquele teorizado, pensado e planejado. Diz respeito aos procedimentos didáticos corretos, os métodos, a utilização criteriosa dos recursos de ensino, diz respeito ao funcionamento da organização escolar, suas normas, à distribuição de cargos e funções. Já a 'realidade do trabalho' nas escolas, que lhe impõe o cotidiano, poderá ser mais ou menos facilitadora da sua atividade como 'dever ser'. Nessa realidade ingressa um conjunto de aspectos que intervêm na configuração do cotidiano escolar, tais como a relação com colegas, como na atualidade o problema da violência, o tipo de gestão adotado, etc. Aspectos todos que em seus desdobramentos aparecerão mediante a relação do trabalhador com seu trabalho. Lembre-se, no entanto, que estamos perante um tipo de profissão, a educação, que demanda do trabalhador estabelecer vínculos afetivo e emocional com o seu trabalho, e por isso, os aspectos da realidade do trabalho (CODO, 1999, p. 75).

As condições de trabalho de muitos professores da rede pública de ensino têm se mostrado como verdadeiros desafios, em que professores devem enfrentar, rotineiramente, dificuldades de ministrar aulas em razão de ausência de recursos financeiros suficientes, péssimas infra-estruturas escolares, alunos indisciplinados, carga horária de aulas em excesso, falta de estímulo.

A situação ainda parece piorar se analisarmos, de forma mais específica, as condições de trabalho do professor contratado sob o regime "PSS" (processo seletivo simplificado), pois além de não ser um professor efetivo, se depara com enormes dificuldades no seu trabalho docente.

Neste contexto, cabe ressaltar que o professor contratado sob o regime "PSS", foco do presente trabalho, merece especial atenção de estudo porque além das principais dificuldades encontradas no trabalho docente comum, este sujeito se submete a condições de trabalho ainda mais onerosas.

O professor contratado sob o regime "PSS" é condicionado a um trabalho fragmentado, pois recebe uma determinada carga horária de horas-

aulas para serem ministradas em diferentes escolas, não possuindo assim, autonomia para se fixar e permanecer em determinado colégio (conforme seu interesse e vontade) ou obter vínculos com a administração e com o corpo docente.

Tal fato apenas corrobora para a criação de um professor desvinculado dos objetivos da escola, da comunidade e dos alunos, pois já que não pode permanecer nela também não tem interesse em conhecer de suas causas, metas, dificuldades e objetivos. O professor sob regime “PSS” não cria uma identidade com o colégio que leciona.

A baixa remuneração também tem sido, constantemente, objeto de críticas ao trabalho dos professores sob contrato “PSS”, pois tais professores sofrem em sua atividade profissional, conseqüentemente, uma desqualificação que os desestimulam a prática docente, fazendo-os encarar tal profissão, muitas vezes, sem vontade de se especializar ou se aprofundar, sem preparos de aulas, sem ânimos de ensinar e avaliar, restando como já asseverava Zaragoza, um professor esgotado, em ‘mal-estar’.

No Estado do Paraná, de modo mais específico, os professores contratados sob o regime “PSS” recebem de vencimentos uma quantia média de 918,59⁵ reais (com carga horária de 20 horas semanais e devendo possuir licenciatura plena), ao passo que um professor concursado com as mesmas qualificações pode receber até 1423,70⁶ (por 20 horas semanais e na 11^o classe).

Neste sentido, José Carlos Libâneo pontua que,

São reiteradas as demandas pela ampliação dos recursos financeiros para todos os níveis e modalidades de ensino. Há um volume considerável de investigações sobre a situação dos salários e das condições de trabalho e formação dos professores. Outros estudos têm mostrado a crescente inquietude dos professores sobre como conseguir a motivação dos alunos ou como conter atos de indisciplina (LIBÂNEO, 2012, p. 22).

5

Disponível

em:

<http://www.educacao.pr.gov.br/arquivos/File/pss/tabela_vencimentos_maior2012.pdf>. Acesso em 23 de Junho de 2012.

⁶ Disponível em: <<http://adjcomunicacao.files.wordpress.com/2011/12/tabelas-salariais-magisterio-pr583.jpg>>. Acesso em 23 de Junho de 2012.

Outro fator que, igualmente, precariza o trabalho do professor sob regime “PSS” diz respeito à completa falta de autonomia que ele pode ter em sala de aula, pois, muitas vezes, professores em contato “PSS” são chamados para cobrir ausências de outros professores durante o semestre letivo, devendo tão somente se ater a continuidade avaliativa do professor anterior.

Segundo Solange Mary Moreira Santos e Maria José Oliveira Duboc, para Paulo Freire a autonomia está intimamente articulada à “ideia de ser humano de ‘Ser Mais’, ou seja, de uma busca permanente e consciente de ser e de estar no mundo, conquistando uma liberdade que o liberte do individualismo, em direção à vida em comunhão com o outro” (SANTOS & DUBOC, 2005, p. 7).

Também se pode conotar, ainda, que o professor em regime “PSS” é usualmente “marginalizado” por seus pares, no sentido de que pelo fato de ser um ‘professor PSS’ e, portanto, desvinculado da escola que leciona, é visto apenas como um professor temporário e não pertencente ao corpo docente da instituição escolar.

Referidos fatores, que levam ao mal-estar docente, têm sido resultados de políticas públicas perversas, escoltadas em ações governamentais nocivas à educação. Com a implantação das políticas neoliberais no Brasil, a partir dos anos 80/90, a educação e as condições de trabalho do docente têm se agravado.

Especialmente no Brasil, as políticas neoliberais começaram a ganhar força ideológica a partir da década de 1990 com a eleição de Fernando Collor de Melo (1990-1992). Entretanto, é no mandato de Fernando Henrique Cardoso (1994-2002) que elas se consolidam e ganham força.

Com estas políticas neoliberais se torna evidente que elas trouxeram um grande óbice aos professores, pois interferiram na mobilização da categoria, fragilizando-a, como por exemplo, com a adoção de vários tipos de contratos.

Para José Carlos Libâneo;

Desse modo, a redução da educação ao estatuto de mercadoria resultante do neoliberalismo ameaça o homem em seu universalismo humano, em sua diferença cultural e em sua construção como sujeito. Com isso, aumentam os índices de

escolaridade, mas se agravam as desigualdades sociais de acesso ao saber, pois à escola pública é atribuída a função de incluir populações excluídas ou marginalizadas pela lógica neoliberal, sem que os governos lhe disponibilizem investimentos suficientes, bons professores e inovações pedagógicas (LIBÂNEO, 2012, p. 25).

Portanto, resta flagrante a importância de estudos e pesquisas inerentes às políticas públicas educacionais, a partir do nosso atual regime neoliberal, assim como as condições de trabalho do professor sob contrato “PSS”, que é submetido a uma precária situação de trabalho, conduzindo-o ao esgotamento docente.

Ademais, revela-se como problemática da presente pesquisa as seguintes enumeradas: De que modo às políticas públicas educacionais influenciam nas condições de trabalho dos professores contratados sob o regime “PSS”? Quais são os reais fatores que tem conduzido os professores ao esgotamento? A precarização da educação é um reflexo das políticas públicas educacionais? O professor contratado sob o regime “PSS” se identifica com a escola, corpo docente e discente da escola em que atua? Ele se identifica com as causas do seu âmbito de atuação profissional (escola)?

Ainda, no que tange a problemática lançada pela presente pesquisa, cumpre questionar também que: As políticas neoliberais, hoje vivenciadas por quase todo o mundo, é um fator que também colabora para a falta de investimentos no campo da educação (minimização de custos)? A mobilização da categoria profissional dos professores pode conduzir a políticas públicas educacionais que tragam melhoras aos docentes?

Ao analisarmos, de modo sucinto, a presente problemática que nos coloca o tema em apreço pode-se apontar possíveis hipóteses de soluções para o caso exposto. Primeiro, se os governantes traçassem metas e programas concretos e sólidos a respeito de melhoras nas condições de trabalho do professor, certamente, não haveria situações que conduzissem tais professores ao denominado “esgotamento”. Segundo, se tais governantes investissem, de forma significativa e com políticas adequadas, nas condições de trabalho do professor e na atividade docente também não haveria tantos professores sob o regime PSS e em situações tão inadequadas à prática docente como a que se verifica na atualidade.

Terceiro, as políticas públicas educacionais são construções sociais baseadas em ideais e valores de uma educação almejada pela sociedade, assim, manifestações sociais e reivindicações frente a representantes do povo (governantes) podem influenciar na correta edificação de políticas públicas educacionais adequadas e reprodutoras dos anseios do corpo social. Quarto, a participação e a mobilização direta dos professores, enquanto categoria profissional (sindicato, movimento de professores, etc), pode desempenhar especial relevância na adequada condução destas políticas públicas educacionais.

CONDIÇÕES DE TRABALHO DO PROFESSOR CONTRATADO SOB REGIME 'PSS'

No atual contexto social brasileiro é possível perceber inúmeros fatores que tem conduzido a atividade docente a uma paulatina precarização, de modo especial, no que tange as condições de trabalho do professor contratado sob o regime PSS, pois referido profissional se vê imerso em um quadro social de descrédito e de profundo esgotamento, refletindo tal situação, conseqüentemente, na educação.

Neste ponto ressalta José Manuel Esteve Zaragoza que,

Independentemente das tensões geradas no contexto social na qual se exerce a docência, encontramos outra série de limitações que atuam diretamente sobre a prática cotidiana, limitando a efetividade da ação do professor e constituindo-se em elementos que acabam contribuindo para o mal-estar docente a médio e longo prazo. Em geral, o sistema educativo em seu conjunto sofreu as conseqüências da crise econômica de 1973 que se traduziu em cortes orçamentários de diversos tipos sobre as quantias destinadas à melhoria qualitativa do sistema de ensino. De um ponto de vista quantitativo poder-se-ia argumentar com cifras, contra essa ideia, que os orçamentos para a educação não deixaram de aumentar. Isso é correto, mas deveria ser considerada também a perda de poder aquisitivo do dinheiro e o aumento quantitativo de vagas escolares, mantido em nosso país e no qual foi parar boa parte do aumento de recursos. Por outro lado, aumentaram as expectativas dos professores com respeito ao material que desejam dispor (material audiovisual, de reprodução, de laboratório, etc.) em consonância às exigências de uma

renovação de ensino da qual eles são considerados responsáveis. O mesmo se poderia afirmar se nos referirmos aos recursos humanos (ZARAGOZA, 1999, p. 47 e 48).

Ainda corrobora para este entendimento, segundo Zaragoza, a ideia de que,

O professor está sobrecarregado de trabalho, obrigam-no a realizar uma atividade fragmentária, na qual deve lutar, simultaneamente, e em frentes distintas: deve manter a disciplina suficiente, mas ser simpático e afetuoso, deve atender individualmente as crianças sobressalentes que queiram ir mais depressa, mas também aos mais lerdos, que têm de ir mais devagar, deve cuidar do ambiente da sala de aula, programar, avaliar, orientar, receber os pais e colocá-los a par dos progressos de seus filhos, organizar diversas tarefas para o centro, atender freqüentemente a problemas burocráticos. Conclui-se um número crescente de estudos realizados em países desenvolvidos que mostram que os educadores correm o risco de esgotamento físico e mental sob o efeito de dificuldades materiais e psicológicas associadas a seu trabalho. (ZARAGOZA, 1999, p. 58 e 59).

Neste prisma pode-se apreender que o trabalho docente tem sofrido, ao longo dos anos, uma paulatina precarização, pois, cada vez mais, se torna notório as dificuldades cotidianas encontradas pelos professores na arte dos seus ofícios.

Analía Soria Batista e Wanderley Codo pontuam que,

Como em toda organização destinada à produção de bens (mercadorias) ou serviços existe nas escolas um trabalho como 'dever ser' e o que poderia ser mencionado como 'realidade do trabalho'. O trabalho como dever ser é aquele teorizado, pensado e planejado. Diz respeito aos procedimentos didáticos corretos, os métodos, a utilização criteriosa dos recursos de ensino, diz respeito ao funcionamento da organização escolar, suas normas, à distribuição de cargos e funções. Já a 'realidade do trabalho' nas escolas, que lhe impõe o cotidiano, poderá ser mais ou menos facilitadora da sua atividade como 'dever ser'. Nessa realidade ingressa um conjunto de aspectos que intervêm na configuração do cotidiano escolar, tais como a relação com colegas, como na atualidade o problema da violência, o tipo de gestão adotado, etc. Aspectos todos que em seus desdobramentos aparecerão mediante a relação do trabalhador com seu trabalho. Lembre-se, no entanto, que estamos perante um tipo de profissão, a educação, que demanda do trabalhador estabelecer vínculos afetivo e emocional com o seu trabalho, e por isso, os aspectos da realidade do trabalho (CODO, 1999, p. 75).

As condições de trabalho de muitos professores da rede pública de ensino tem se mostrado como verdadeiros desafios, em que professores devem enfrentar, rotineiramente, dificuldades de ministrar aulas em razão de ausência de recursos financeiros suficientes, péssimas infra-estruturas escolares, alunos indisciplinados, carga horária de aulas em excesso, falta de estímulo.

A situação ainda parece piorar se analisarmos, de forma mais específica, as condições de trabalho do professor contratado sob o regime “PSS” (processo seletivo simplificado), pois além de não ser um professor efetivo, se depara com enormes dificuldades no seu trabalho docente.

Neste paradigma, cabe ressaltar que o professor contratado sob o regime “PSS”, foco do presente trabalho, merece especial atenção de estudo porque além das principais dificuldades encontradas no trabalho docente comum, este sujeito se submete a condições de trabalho ainda mais onerosas.

O professor contratado sob o regime “PSS” é condicionado a um trabalho fragmentado, pois recebe uma determinada carga horária de horas-aulas para serem ministradas em diferentes escolas, não possuindo assim, autonomia para se fixar e permanecer em determinado colégio (conforme seu interesse e vontade) ou possuir vínculos com a administração e com o corpo docente. Tal fato apenas corrobora para a criação de um professor desvinculado dos objetivos da escola, da comunidade e dos alunos, pois já que não pode permanecer nela também não tem interesse em conhecer de suas causas, metas, dificuldades e objetivos. O professor sob regime “PSS” não cria uma identidade com o colégio que leciona.

A baixa remuneração também tem sido, constantemente, objeto de críticas ao trabalho dos professores sob contrato “PSS”, pois tais professores sofrem em sua atividade profissional, conseqüentemente, uma desqualificação que os desestimulam a prática docente, fazendo-os encarar tal profissão, muitas vezes, sem vontade de se especializar ou se aprofundar, sem preparos de aulas, sem ânimos de ensinar e avaliar, restando como já asseverava Zaragoza, um professor esgotado, em ‘mal-estar’.

No Estado do Paraná, de modo mais específico, os professores contratados sob o regime “PSS” recebem de vencimentos uma quantia média

de 918,59⁷ reais (com carga horária de 20 horas semanais e devendo possuir licenciatura plena), ao passo que um professor concursado com as mesmas qualificações pode receber até 1423,70⁸ (por 20 horas semanais e na 11^o classe).

José Carlos Libâneo pontua que,

São reiteradas as demandas pela ampliação dos recursos financeiros para todos os níveis e modalidades de ensino. Há um volume considerável de investigações sobre a situação dos salários e das condições de trabalho e formação dos professores. Outros estudos têm mostrado a crescente inquietude dos professores sobre como conseguir a motivação dos alunos ou como conter atos de indisciplina (LIBÂNEO, 2012, 23).

Outro fator que, igualmente, torna precário o trabalho do professor sob regime “PSS” diz respeito à completa falta de autonomia que ele pode ter em sala de aula, pois, muitas vezes, professores em contato “PSS” são chamados para cobrir ausências de outros professores durante o semestre letivo, devendo tão somente se ater a continuidade avaliativa do professor anterior.

Segundo Solange Mary Moreira Santos e Maria José Oliveira Duboc, para Paulo Freire a autonomia está intimamente articulada à “ideia de ser humano de ‘Ser Mais’, ou seja, de uma busca permanente e consciente de ser e de estar no mundo, conquistando uma liberdade que o liberte do individualismo, em direção à vida em comunhão com o outro” (SANTOS & DUBOC, 2005, p. 7).

Também se pode conotar, ainda, que o professor em regime “PSS” é usualmente “marginalizado” por seus pares, no sentido de que pelo fato de ser um ‘professor pss’ e, portanto, desvinculado da escola que leciona, é visto apenas como um professor temporário e não pertencente ao corpo docente da instituição escolar.

Para José Carlos Libâneo:

⁷ Disponível em: <http://www.educacao.pr.gov.br/arquivos/File/pss/tabela_vencimentos_maior2012.pdf>. Acesso em 23 de Junho de 2012.

⁸ Disponível em: <<http://adjcomunicacao.files.wordpress.com/2011/12/tabelas-salarias-magisterio-pr583.jpg>>. Acesso em 23 de Junho de 2012.

[...] desse modo, a redução da educação ao estatuto de mercadoria resultante do neoliberalismo ameaça o homem em seu universalismo humano, em sua diferença cultural e em sua construção como sujeito. Com isso, aumentam os índices de escolaridade, mas se agravam as desigualdades sociais de acesso ao saber, pois à escola pública é atribuída a função de incluir populações excluídas ou marginalizadas pela lógica neoliberal, sem que os governos lhe disponibilizem investimentos suficientes, bons professores e inovações pedagógicas (LIBÂNEO, 2012, p. 23).

Enfim, torna-se perceptível apreender que são diversos os fatores que tem levado o trabalho do professor sob contrato PSS a seu esgotamento, sendo a ausência de políticas públicas educacionais adequadas o seu principal motivo, pois referido professor se depara com situações fáticas de trabalho que o desestimula, e o reflexo desse 'mal-estar' docente reflete diretamente nos níveis da educação.

PRECARIZAÇÃO DA ATIVIDADE DOCENTE E ALGUNS DADOS QUANTITATIVOS

Vários fatores tem conduzido a atividade docente a sua paulatina precarização, inviabilizando a valorização do professor, a melhora do sistema de ensino e, conseqüentemente, da educação. A sociedade como um todo mergulha nos prejuízos de uma educação relegada, esquecida e abandonada, fruto de ausência de investimentos e políticas públicas eficientes por parte dos governantes.

Entre os diversos motivos que são, constantemente, alvos de debates e discussões acaloradas sobre o esgotamento docente, podemos citar a falta de valorização profissional (baixos vencimentos), de infra-estrutura, de corpo docente suficiente e permanente.

A situação toma especial relevo quando se trata de professor contratado sob o regime "PSS", pois, conforme dito em linhas anteriores, tal professor se encontra em condições de trabalho ainda mais onerosas e desestimulantes, conduzindo-o para o 'mal-estar' docente e para uma precarização de seu trabalho.

No Estado do Paraná, de modo mais específico, segundo levantamento estatístico, há cerca de 22.014⁹ professores contratados sob regime especial (PSS), tendo-se como referência apenas o mês de Junho de 2012. Se tomarmos como referência o mês de Novembro de 2011- final do semestre letivo – temos como parâmetro um número expressivo de 25.376¹⁰ professores sob o regime de trabalho PSS, de um total de 108.264¹¹ professores, representando 23,4% do quadro total de professores de todo o Estado do Paraná.

Isto é o que se observa da tabela de cargos/professores disciplinada no site oficial da Secretária da Educação do Estado do Paraná (SEED)¹², de acordo com cada município que compõe o Estado, abaixo transcrita para melhor análise e estudo no quadro geral de professores em todo o Estado do Paraná:

Totais de Professores/Especialistas do Estado
por Cargo

Fonte: SAE
Mês de Referência: Novembro / 2011

Núcleo Regional de Educação	Total de Cargos	Cargos								
		QPM-P	QPM-E	QUP	SC02	TF57-L	PEPR	PEPE	REPR	REPE
01 - APUCARANA	3502	1842	152	1	676				740	91
02 - AREA METROP.NORTE	5603	2504	218	5	1206		1		1419	250
03 - AREA METROP.SUL	6013	2719	328	3	1233				1560	170
04 - ASSIS CHATEAUBRIAN	1190	618	53	1	241				253	24
05 - CAMPO MOURAO	2983	1487	171		626				635	64
06 - CASCAVEL	4851	2317	284	1	933				1211	105
07 - CIANORTE	1758	890	91		361				382	34
08 - CORNELIO PROCOPIO	3016	1532	207		608				609	60
09 - CURITIBA	14498	7430	918	8	2760			1	3181	200
10 - DOIS VIZINHOS	1086	555	59		206				247	19
11 - FOZ DO IGUAÇU	3778	1768	147		841				919	103
12 - FRANCISCO BELTRAO	3357	1710	169	1	726				684	67
13 - GOIOERE	1417	706	63	2	277				340	29
14 - GUARAPUAVA	2681	1310	149	2	529				628	63

⁹ Site Oficial da Secretária de Educação do Estado do Paraná. Disponível em: <http://www4.pr.gov.br/escolas/numeros/frame_geralprofcargo.jsp?mes=06&ano=2012>. Acesso em: 14 de Agosto de 2012.

¹⁰ Site Oficial da Secretária da Educação do Estado do Paraná. Disponível em: <http://www4.pr.gov.br/escolas/numeros/frame_geralprofcargo.jsp?mes=11&ano=2011>. Acesso em 14 de Agosto de 2012.

¹¹ Idem.

¹² Site Oficial da Secretária de Educação do Estado do Paraná. Disponível em: <http://www4.pr.gov.br/escolas/numeros/frame_geralprofcargo.jsp?mes=11&ano=2011>. Acessado em: 14 de Agosto de 2012.

15 - IRATI	2001	964	111	1	380				493	52
16 - IVAIPORA	2353	1127	88	4	456				621	57
17 - JACAREZINHO	2754	1400	200	2	545				567	40
18 - LONDRINA	7710	3791	430	3	1518				1834	134
19 - MARINGA	6475	3429	494	1	1323				1198	30
20 - LOANDA	1366	697	68		280				301	20
21 - PARANAGUA	2811	1346	166	2	591	1			649	56
22 - PARANAVAI	2420	1247	142		472				536	23
23 - PATO BRANCO	3042	1390	134	5	596				827	90
24 - PITANGA	1235	569	44	1	224				354	43
25 - PONTA GROSSA	5368	2570	343	2	1136				1191	126
26 - TELEMACHO BORBA	1702	724	64		288				556	70
27 - TOLEDO	3688	1864	164	4	733			1	842	80
28 - UMUARAMA	3028	1541	184		556				703	44
29 - UNIAO DA VITORIA	2083	973	89	2	435				539	45
30 - WENCESLAU BRAZ	1363	594	67		236				426	40
31 - LARANJEIRAS DO SUL	1837	759	73	1	326				604	74
32 - IBAITI	1295	651	61		222				327	34
Total do Estado	108264	53024	5931	52	21540	1	1	2	25376	2337

Descrição dos Cargos:

- QPM-P - PROFESSORES DO QUADRO PROPRIO MAGISTERIO
- QPM-E - ESPECIALISTAS DO QUADRO PROPRIO MAGISTERIO
- QUP - PROFESSORES DO QUADRO UNICO DE PESSOAL
- SC02 - PROFESSORES COM AULAS EXTRAORDINARIAS
- TF57-L - PROF. DE 5/8 E 2.GRAU - LEI N. 10219/92
- PEPR - PROF.CONTRATADOS PELO PARANAEDUCACAO
- PEPE - PARANAEDUCACAO - PEDAGOGOS
- REPR - REGIME ESPECIAL - PROFESSOR
- REPE - REGIME ESPECIAL - PEDAGOGO

Neste sentido, cumpre salientar que, conforme nos possibilita a tabela acima, é notório compreender que o quadro de professores contratados sob o regime PSS no Estado do Paraná tem sido expressivo e significativo, aumentando-se crescentemente, inclusive, nos últimos anos.

As regiões que concentram os maiores números desses professores de regime PSS são, obviamente, a capital e os maiores centros metropolitanos, isto é, Curitiba (com 3.181 professores), Londrina (com quase 2.000 professores), Maringá (com 1.198), dentre alguns outros. No caso em tela, segundo análise do quadro posto acima, é possível constatar que há em Curitiba um total de 21,94% de professores contratados sob regime PSS, 23,78% de professores em regime PSS no município de Londrina e 18,5% destes professores na cidade de Maringá. Tais números, quando postos à evidência, impressionam pela quantidade de professores que são contratados

sob um regime precário de trabalho, evidenciando-se, assim, as causas da precarização docente.

Em uma análise quantitativa, como esta, se torna cristalino a percepção dos motivos que tem conduzido o trabalho docente a seu esgotamento, pois são significativos os números de professores trabalhando sob o regime PSS no Estado do Paraná, em vínculos temporários, com salários estagnados (pois por não serem servidores efetivos não possuem plano de carreira, não podendo progredir na categoria profissional) e sem estímulos para se dedicar a lecionar.

Na tabela abaixo¹³ é possível verificar, também, a quantidade de horas-aulas semanais que tais professores desempenham no sistema escolar do Estado do Paraná, observando de que modo se dá o vínculo deles com as instituições escolares, isto é, se frágeis ou não.

Totais de Cargos para o Vínculo REPR - REG.ESP.-
PROF

Fonte: SAE
Mês de Novembro / 2011
Referência:

REGIME ESPECIAL - PROFESSOR					
Carga Horaria Semanal	Total de Cargos	Licenciaturas			
		PC	PD	PF	
1 HORA	8			8	
2 HORAS	72	6		66	
3 HORAS	76	12		64	
4 HORAS	388	65	1	322	
5 HORAS	72	10		62	
6 HORAS	286	41		245	
7 HORAS	113	12		101	
8 HORAS	680	121	3	556	
9 HORAS	185	17		168	
10 HORAS	388	48	1	339	
11 HORAS	170	16		154	
12 HORAS	938	157		781	
13 HORAS	209	16		193	
14 HORAS	493	71		422	
15 HORAS	375	53	1	321	
16 HORAS	3654	544	7	3103	
17 HORAS	299	37	3	259	
18 HORAS	928	110	2	816	
19 HORAS	417	37	1	379	

¹³ Site Oficial da Secretária Estadual da Educação do Estado do Paraná. Disponível em: <http://www4.pr.gov.br/escolas/numeros/frame_geralcargos.jsp?mes=11&ano=2011&Vinc=REPR-REG.ESP.-PROF>. Acessado em: 14 de Agosto de 2012.

20 HORAS	1615	219	4	1392
21 HORAS	286	23	1	262
22 HORAS	616	69	3	544
23 HORAS	326	26		300
24 HORAS	1123	136	3	984
25 HORAS	387	41	1	345
26 HORAS	813	73		740
27 HORAS	409	39		370
28 HORAS	1353	134	3	1216
29 HORAS	518	36	1	481
30 HORAS	1300	113	1	1186
31 HORAS	1100	66	2	1032
32 HORAS	5791	391	8	5392
33 HORAS	12			12
34 HORAS	17			17
35 HORAS	12	1		11
36 HORAS	41	1		40
37 HORAS				
38 HORAS	1			1
39 HORAS				
40 HORAS	8	1		7
41 HORAS				
42 HORAS				
43 HORAS				
44 HORAS				
Total do Vínculo no Estado	25479	2742	46	22691

Da tabela acima é possível notar algumas situações que merecem ser ponderadas. Primeiramente, a quantidade de professores que trabalham abaixo de 20 horas semanais é expressiva e preocupante, pois na medida em que tais professores trabalham em número reduzido de horas semanais, abaixo do mínimo adequado, resta prejudicada a identidade e o vínculo que tal professor cria com a escola (instituição escolar), o corpo docente e discente. Em segundo lugar, pouquíssimos professores conseguem pegar o limite de carga horária semanal (40 horas/s), evidenciando o desgaste significativo dos docentes por um número excessivo de horas-aulas.

Outro ponto de relevância a ser observado é no que tange aos vencimentos dos professores contratados em regime PSS, conforme dito precedentemente, pois tais docentes, em comparação com o quadro dos efetivos, recebem um salário desproporcional, estagnado e fixo.

Os dados abaixo¹⁴ demonstram os valores referentes a vencimentos de tais professores sob regime PSS em comparação com o plano de carreiras¹⁵ dos professores efetivos da rede Pública de Ensino:

TABELA – VIGÊNCIA MAIO/2012 (AUMENTO 5,1%)

PROFESSOR PSS

AULAS SEMANAIS	AULAS MENSAIS	REPR LP	REPR LC	REPR SL	AUX. TRANSP.
		10,2066	7,6551	7,1446	13,3988
1	4,5	45,93	34,45	32,15	13,40
2	9	91,86	68,90	64,30	26,80
3	13,5	137,79	103,34	96,45	40,20
4	18	183,72	137,79	128,60	53,60
5	22,5	229,65	172,24	160,75	66,99
6	27	275,58	206,69	192,90	80,39
7	31,5	321,51	241,14	225,05	93,79
8	36	367,44	275,58	257,21	107,19
9	40,5	413,37	310,03	289,36	120,59
10	45	459,30	344,48	321,51	133,99
11	49,5	505,23	378,93	353,66	147,39
12	54	551,16	413,38	385,81	160,79
13	58,5	597,09	447,82	417,96	174,18
14	63	643,02	482,27	450,11	187,58
15	67,5	688,95	516,72	482,26	200,98
16	72	734,88	551,17	514,41	214,38
17	76,5	780,80	585,62	546,56	227,78
18	81	826,73	620,06	578,71	241,18
19	85,5	872,66	654,51	610,86	254,58
20	90	918,59	688,96	643,01	267,98
21	94,5	964,52	723,41	675,16	281,37
22	99	1010,45	757,85	707,32	294,77
23	103,5	1056,38	792,30	739,47	308,17
24	108	1102,31	826,75	771,62	321,57
25	112,5	1148,24	861,20	803,77	334,97
26	117	1194,17	895,65	835,92	348,37
27	121,5	1240,10	930,09	868,07	361,77
28	126	1286,03	964,54	900,22	375,17
29	130,5	1331,96	998,99	932,37	388,57
30	135	1377,89	1033,44	964,52	401,96
31	139,5	1423,82	1067,89	996,67	415,36

¹⁴ Site Oficial da Secretária da Educação do Estado do Paraná. Disponível em: < http://www.educacao.pr.gov.br/arquivos/File/pss/tabela_vencimentos_maio2012.pdf. Acessado em 16 de Agosto de 2012.

¹⁵ Site Oficial da Associação de País e Professores (APP). Disponível em: < <http://www.appsindicato.org.br/>>. Acessado em: 20 de Agosto de 2012.

32	144	1469,75	1102,33	1028,82	428,76
33	148,5	1515,68	1136,78	1060,97	442,16
34	153	1561,61	1171,23	1093,12	455,56
35	157,5	1607,54	1205,68	1125,27	468,96
36	162	1653,47	1240,13	1157,43	482,36
37	166,5	1699,40	1274,57	1189,58	495,76
38	171	1745,33	1309,02	1221,73	509,15
39	175,5	1791,26	1343,47	1253,88	522,55
40	180	1837,19	1377,92	1286,03	535,95

Conforme se observa do quadro acima exposto é visível compreender que os vencimentos dos professores contratados sob-regime PSS, se comparados com a tabela abaixo apresentada, que dispõe sobre os vencimentos dos professores efetivos (com plano de carreira) do Estado do Paraná, são díspares e desiguais.

Tabela de Vencimentos dos Professores - Jornada 20 horas - ATUALIZADA COM 5,10% - MAIO/2012												
	NÍVEIS	Classes										
		1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11
PDE	Nível III	1.963,90	2.062,09	2.165,51	2.273,46	2.387,14	2.506,49	2.631,81	2.763,40	2.901,57	3.046,65	3.198,98
Especialização	Nível II	1.148,25	1.205,67	1.265,94	1.330,29	1.395,71	1.465,49	1.538,76	1.615,70	1.696,48	1.781,31	1.870,38
Lic. Plena	Nível I	918,61	964,53	1.012,75	1.063,39	1.116,56	1.172,39	1.231,02	1.292,56	1.357,19	1.425,05	1.496,31
Lic. Curta	Nível Esp. III	780,82	819,86	860,85	903,89	949,10	996,55	1.046,38	1.098,69	1.153,63	1.211,31	1.271,88
Lic. Curta	Nível Esp. II	688,95	723,40	759,57	797,55	837,43	879,30	923,26	969,43	1.017,89	1.068,79	1.122,24
Magistério	Nível Esp. I	643,01	675,16	708,92	744,37	781,59	820,67	861,70	904,78	950,03	997,53	1.047,41
Mensalidade APP: R\$ 28,94		Auxílio transporte: 24% do Nível I - Classe 5 (art. 26) - R\$ 267,97										

Neste sentido, pode-se analisar que os vencimentos de referidos professores contratados sob regime PSS podem chegar a um montante de até 1837,19 (com 40 horas/semanais) ao passo que, um professor efetivo, de acordo com um plano de carreira, pode chegar a vencimentos de até 6.0397,96 (professor PDE, de classe 11, com 40 horas/semanais).

Nota-se assim, de modo cristalino, que resta evidente as condições de trabalho de um professor contratado sob o regime PSS, possuindo um salário fixo, estagnado e sem estímulos para ascensão profissional dentro da carreira profissional escolhida, resultante de políticas públicas inadequadas e ineficazes.

Portanto, não há dúvidas de que políticas públicas educacionais são fundamentais para a melhora das condições de trabalho do professor e, corolariamente, para a educação pública. Pois, conforme amplamente demonstrado no presente tópico várias situações tem conduzido a educação e a atividade docente a sua paulatina precarização, desde vencimentos do referido professor até infraestrutura de base.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Pôde-se perceber pela presente pesquisa que as políticas públicas educacionais contribuem, imensuravelmente, para a melhoria da educação se efetivamente bem utilizadas pelos governantes e pensadas com vistas a garantia de uma participação democrática.

A questão referente a problemática das condições de trabalho do professor contratado sob o regime do Processo Seletivo Simplicado (PSS) é tema que ainda merece atenção e debate, pois, certamente, referido professor encontra-se em situação de precarização, desvalorização e desmotivação, devendo os representantes políticos adotarem medidas (políticas públicas educacionais) que visem incrementar melhorias na profissão docente, isto é, melhorias que dizem respeito aos contratos docentes, a formação e valorização profissional do professor e da infraestrutura escolar como um todo.

A situação educacional brasileira, em especial no Paraná, conforme ampla pesquisa quantitativa, demonstrou cristalinamente que o nosso Estado depende, imprescindivelmente, de políticas públicas educacionais que garanta um mínimo de condições a categoria profissional docente, isto é, somente através de referidas políticas é que será possível uma melhora efetiva na educação e nas condições de trabalho de nossos professores.

Tal estudo se debruçou sobre a árdua tarefa de analisar e compreender os efeitos e necessidades das políticas públicas educacionais na melhoria da educação e das condições de trabalho do professor, especialmente o professor contratado em regime PSS, para propor possíveis soluções e projetos teórico-prático para beneficiamento do sistema educacional no Estado do Paraná.

Foi possível constatar, faticamente, que os professores contratados em regime PSS representam grande e significativa parcela do corpo docente no nosso Estado e que, por uma série de motivos (salários, ausência de identidade com o colégio, corpo docente, administrativo e discente), possivelmente tais professores se encontram em situação de 'esgotamento'.

A precarização das condições de trabalho do professor de regime PSS reflete, diretamente, na educação, pois estes professores são conduzidos a uma situação de 'mal-estar docente' e de desestímulo, por ausência de políticas públicas educacionais eficazes e necessárias ou, ainda, por ausência de políticas públicas mais democráticas, tendo-se em vista as reais necessidades e políticas de trabalhos destes profissionais.

Também se pode relevar que a infraestrutura escolar contribuí, ao seu modo, para a piora do sistema escolar, pois as estruturas físicas não condizem com as necessidades educacionais adequadas nem dos alunos, nem dos professores. Pois, existem muitos colégios que possuem salas de aulas em situações emergenciais (goteiras, buracos no chão, rachaduras nas paredes, ausência de ventilação adequada) ou que ainda possuindo boa estrutura física não tem suporte tecnológico bom (televisões obsoletas, ausência de datashows, etc).

Ademais, cabe destacar que as políticas públicas são instrumentos essenciais e fundamentais, de manuseio obrigatório por nossos representates, em suas diversas esferas (federal, estadual e municipal), para garantia de um mínimo existencial em termos de educação.

Isto é, as políticas públicas educacionais constituem-se pelo conjunto de ações, metas e programas, na qual, quando adequadamente instituídas e executadas pelos governos contribuem, sobremaneira, para a melhoria e aperfeiçoamento da educação.

De todo modo, deve-se pontuar que o Estado Democrático e Social de Direito que elegemos não se coaduna com a precarização da educação e a desvalorização profissional do docente, sendo direito de todos e dever do Estado, inclusive, segundo expressa previsão Constitucional, uma educação pública de qualidade e uma constante valorização do profissional de ensino. Pois, certamente, o regime de contratação PSS fere, diretamente, direitos

basilares como o trabalho digno e decente (norma da convenção da OIT¹⁶ ratificado pelo Brasil), por não garantir ao trabalhador docente uma estabilidade, retirando dele, uma série de direitos fundamentais a sua existência digna.

Tais valores fundamentais, criados e tutelados pela nossa sociedade, calcados nos pilares da democracia, da justiça social e do bem estar, estão diretamente entrelaçados com o ideal de uma boa educação, preservando-se a relação de ensino-aprendizagem e de valorização profissional para as presentes e futuras gerações.

Certamente, tais ideais sociais almejados se realizam, no plano fático, através das denominadas políticas públicas educacionais, por meio de representantes políticos, contituídos democraticamente pelo povo, na qual, correspondem ao plano de metas e programas educacionais buscado por todos e mantido pelo Estado, devendo este ser o legítimo protetor e zelador da educação.

Portanto, esta pesquisa obteve proveitosos resultados no sentido de apontar que as políticas públicas, sejam as de formação e aperfeiçoamento profissional dos docentes, sejam as de contratação (por meio de concursos públicos e não de testes seletivos), sejam as de investimento em infraestrutura de base ou, ainda, de aprimoramento das já existentes (mas precárias), quando efetivamente bem utilizadas, contituem-se em verdadeiros instrumentos que visam assegurar a melhoria da educação, do sistema escolar e da valorização profissional, cabendo ao Estado, por intermédio de representantes políticos, proceder a correta e eficaz edição de tais medidas visando, sempre, o interesse social.

¹⁶ A Organização Internacional do Trabalho – OIT – é uma agência multilateral ligada a Organizações das Nações Unidas (ONU) com finalidade de resolução e de implantação de normas internacionais ligadas ao trabalho decente e produtivo, em condições de liberdade, equidade, segurança e dignidade. A Convenção da OIT foi ratificada pelo Brasil em Junho de 2009.

REFERÊNCIAS

ANDERSON, Perry. **BALANÇO DO NEOLIBERALISMO**. In: SADER, Emir & GENTILI, Pablo (orgs.) *Pós-neoliberalismo: as políticas sociais e o Estado democrático*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1995, pp. 09-23. Disponível em <<http://www.cefetsp.br/edu/eso/globalizacao/balanconeolib.html>>. Acesso em 13 de Maio de 2010.

BOBBIO, Norberto. **Dicionário de Política**. Norberto Bobbio, Nicola Matteucci e Gianfranco Pasquino; trad. Carmen C, Varriale et al.; coord. trad. João Ferreira; rev. geral João Ferreira e Luis Guerreiro Pinto Cacaís. - Brasília : Editora Universidade de Brasília, 1º ed., 1998.

BUENO, Francisco da Silveira. **Minidicionário de língua Portuguesa**. Editora rev. e atualizada por Helena Bonito C. Pereira, Rena Signer. – São Paulo: FTD: LISA, 1996.

CODO, Wanderley (coordenação). **Educação: carinho e trabalho**. Petrópolis, Rio de Janeiro: Vozes/Brasília: Confederação Nacional dos Trabalhadores em educação: Universidade de Brasília. Laboratório de Psicologia do Trabalho, 1999

KUENZER, Acácia Zeneida. **As políticas de formação: a constituição da identidade do professor sobrando**. Educação & sociedade, ano XX, nº 68, Dezembro/99.

LIBÂNEO, José Carlos. **O dualismo perverso da escola pública brasileira: escola do conhecimento para os ricos, escola do acolhimento social para os pobres**. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/ep/v38n1/aop323.pdf>>. Acesso em: 11 de Junho de 2012.

OLIVEIRA, Adão Francisco de. **Políticas Públicas Educacionais: conceito e contextualização numa perspectiva didática**. Disponível em: <<http://www.sinprodf.org.br/wp-content/uploads/2012/01/texto-4-pol%C3%8Dticas-p%C3%9Ablicas-educacionais.pdf>>. Acesso em 23 de Maio de 2012.

SANTOS, Solange Mary Moreira & DUBOC, Maria José Oliveira. **A profissionalidade e a articulação dos saberes e a autonomia no exercício da profissão docente**. V Colóquio Internacional Paulo Freire – Recife, 19 a 22-setembro 2005. Disponível em: <http://www.paulofreire.org.br/pdf/comunicacoes_orais/A%20PROFISSIONALIDADE%20E%20A%20ARTICULA%C3%87%C3%83O%20DOS%20SABERES%20E%20A%20AUTONOMIA%20NO%20EXERC_.pdf>. Acesso em: 25 de Junho de 2012.

SOUZA, Celina *apud* OLIVEIRA, Adão Francisco de. **Políticas Públicas Educacionais: conceito e contextualização numa perspectiva didática**. Disponível em: <

pol%C3%8Dticas-p%C3%9Ablicas-educacionais.pdf>. Acesso em 23 de Maio de 2012.

GONZÁLEZ, Jorge Luis Cammarano & SALLES, Fernando Casadei. **Trabalho docente na era das incertezas** in: Trabalho, economia e educação: perspectivas do capitalismo global/ Paulo Sergio Tumulo, Roberto Leme Batista, organizadores. – Maringa: Práxis, 2008, p. 463.

ZORAGOZA, José Manuel Esteve. **O mal-estar docente: a sala de aula e a saúde dos professores**. Baeeira, São Paulo: EDUSC, 1999.

_____. Disponível em:
<http://www.educacao.pr.gov.br/arquivos/File/pss/tabela_vencimentos_maio2012.pdf>. Acesso em 23 de Junho de 2012.

_____. Disponível em:
<<http://adjcomunicacao.files.wordpress.com/2011/12/tabelas-salarias-magisterio-pr583.jpg>>. Acesso em 23 de Junho de 2012.